

Vol 7 Issue 1 Oct. 2017

ISSN No : 2249-894X

*Monthly Multidisciplinary
Research Journal*

*Review Of
Research Journal*

Chief Editors

Ashok Yakkaldevi
A R Burla College, India

Ecaterina Patrascu
Spiru Haret University, Bucharest

Kamani Perera
Regional Centre For Strategic Studies,
Sri Lanka

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

Regional Editor

Dr. T. Manichander

Advisory Board

Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pinteau Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [M.S.]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMAR LAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V. MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
Awadhesh Kumar Shirotriya	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S. KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept. English, Government Postgraduate College , solan

More.....



A FORMAÇÃO DA CRIANÇA NA FRONTTEIRA AMAZÔNICA BRASIL/ COLÔMBIA: UM OLHAR PARA AS CONSTRUÇÕES DE GÊNEROS PELAS RELAÇÕES SOCIAIS NA ESCOLA

(The formation of the child in the Amazon border
Brazil/Colombia: A look at the buildings of genres
by social relations at school)

Marinete Lourenço Mota

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia –
PPGSCA/ UFAM, professora do Instituto de
Natureza e Cultura, Polo da Universidade Federal
do Amazonas em Benjamin Constant no Alto
Solimões.

ABSTRACT :

It is presenting the study about the formation of the child on the border of dry line Leticia/CO and Tabatinga/BR by bias of the construction of gender in relationships of children with adults and between couples. The theoretical foundation methodological approach is based on the idea of the understanding of the child as a subject of law and action from the contribution of authors as Corsaro (2011), Thorne (1993), Torres (2002;2005), Heller (1992), Scott (1991); Saffioti (1978). As methodological procedures were used comments participants at the school of the municipal network located in the community of Santa Rosa, urban district of the city of Tabatinga - AM on the border with Nik - AM. The formation of the children in this Amazonian border in the XXI century is still marked

by the legacy of biological scientific culture, in which the constitution of the subject man and woman is defined by the genetic traits of male and female characterization, in which social relations are made notorious reproductions of discriminatory attitudes about the role of being a woman in society, as well as attitudes of disrespect of the adult towards the child regarding the internalization of adulthood. In the relationships between the pairs of the children in the school one perceives that the questions of gender contribute in their formations, several jokes allow the children to be formed and to construct their identities like girls or like boys by means of their children's cultural productions which present aspects of reproduction of adult society, but also present peculiar, different and significant aspects for a new perspective in gender relations.

WORDS - CRAVE: *Child. Gender. Formation. Social relations. The school.*

INTRODUÇÃO

Trata-se de apresentar o recorte que aborda as construções de gênero das crianças por meio de suas relações sociais com os adultos e entre pares na escola enquanto uma das categorias de análises contemplada na tese de doutoramento no tocante a vida da criança e sua formação cidadã na fronteira amazônica.

A pesquisa de Campo, da tese, teve como lócus o município de Tabatinga que faz fronteira seca com a cidade de Leticia – Colômbia e pelo rio Solimões com comunidades peruanas como Santa Rosa, Rodinha entre outras, localizadas no interior do Estado do Amazonas no Alto Solimões.

A tese defendida e aprovada teve como enfoque epistemológico, teórico e metodológico a criança como sujeito² produtora de cultura, compreendida como protagonista na construção da sociedade e de sua formação cidadã pelas relações sociais entre pares e com os demais sujeitos que fazem parte do seu ciclo de vida, que considera a infância, o segundo objeto de estudo, como uma construção social, defendendo a tese de que há infâncias e não infância na Amazônia pela realidade de diversidade

sociocultural, política e econômica que caracteriza esta imensa região de várias fronteiras.

CRIANÇAS, O PROCESSO SOCIOEDUCATIVO E AS CONSTRUÇÕES DE GÊNERO

No cotidiano da vida as relações de gênero nos envolvem de forma tão natural que passam despercebidas de nossas atenções. Partilhamos atitudes e pensamentos com diferentes pessoas do mesmo gênero e gêneros opostos, bem como entre diferentes idades e gerações, sejam elas de maneiras conscientes ou inconscientes, timidamente ou mais descontraidamente. E nos perguntamos: por quê? Imediatamente como resposta logo vem à baila os conceitos biológicos que caracterizam a natureza feminina e a natureza masculina, imperativos das ciências naturais predominante durante muitas décadas.

A proeminência dos aspectos biológicos sobre os aspectos sociais e culturais na constituição da identidade de homens e mulheres deixou marcas negativas na compreensão do sujeito mulher. A preocupação biológica quanto ao gênero envereda-se pelos traços genéticos que diferenciam o sexo masculino do feminino. Esse aspecto biologizante de cariz patriarcalista foi determinante para a constituição da imagem da mulher como inferior e submissa ao homem. Um dos princípios de compreensão da formação das crianças nesta fronteira amazônica tem por base o patriarcalismo. Um dos pais sujeitos ouvidos nesta pesquisa chama a atenção para o fato de que,

Ainda percebemos que o machismo é muito presente no interior das famílias e na sociedade de modo geral, mais vejo como uma questão cultural mesmo. Na maioria das famílias quem cuida das atividades domésticas são as mulheres mães, são elas que cuidam das crianças menores, quem fazem comida, limpam e arrumam as casas (Lucas, 42 anos, entrevista, 2014).

A visão biologizada a respeito das crianças influencia pais, professores e familiares, o que leva à construção de uma concepção binária de gênero desde a fase neonatal até a vida adulta. Isto está presente na escolha das cores do enxoval tipificadas entre o azul e o rosa, as atividades que devem ser exercidas por meninos e meninas, tratamentos diferenciados ao referirem-se à menina com formas delicadas, princesas, e os meninos como os garotões, os fortões.

Para Cardonaet al. (2009, p.61) as práxis sociais levam a construção de identidades das crianças na sociedade desde a mais tenra idade,

Ser 'menino' ou 'menina' é um aspecto central na construção de identidades e as crianças em idade pré-escolar vão como dissemos adquirindo comportamentos conforme as expectativas culturais o que é apropriado fazer enquanto membro de um ou outro grupo, enquanto, ao mesmo tempo, adquirem o conhecimento dos estereótipos culturais referentes aos homens e mulheres.

As relações sociais engendram relações de gênero, reproduzem atitudes discriminatórias no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade. Relações que acabam fazendo parte das culturas de pares das crianças as quais vão servindo como exemplos para o estabelecimento de valores hierárquicos e dos tipos de poder que geram opressão, repressão e deturpação de identidades.

Os preconceitos e atitudes forjadas pela sociedade em relação à mulher são “estereótipos veiculados numa sociedade e o grau de adesão dos indivíduos mostram que essas representações ‘prontas a usar’, por vezes caricaturais, que temos de nós próprios ajudam a forjar a nossa identidade e têm efeitos nos nossos comportamentos.” (ANGERS, 2003, p.89). Se atitudes dessa natureza são vivenciadas pelas crianças elas acabam sendo internalizadas pelas próprias crianças que as tomam como espelhos de suas próprias imagens.

As ciências vêm ao longo da história construindo percepções mais críticas acerca das relações de gênero procurando compreendê-la em sua construção social, estabelecendo uma intersecção com outros conceitos como raça/etnia e classe social. Gênero deve ser visto para além do sexo enquanto fator biológico, pois desde que nascemos estamos sujeitos a um desenvolvimento social segundo o nosso gênero, o qual tem grande poder sobre as pessoas e principalmente sobre as crianças em suas formações. É por meio dos valores e atitudes sociais que as crianças vão percebendo tudo o que deve fazer conforme o seu gênero, masculino ou feminino, construindo identidades pessoais e coletivas.

Em vários espaços sociais esses valores e atitudes são socializados e compartilhados de maneira negativa ou positiva, de respeito ou desrespeito, preconceituosas ou não. De fato, a identidade de gênero

começa a ser construída a partir do momento em que é determinado o sexo de cada indivíduo e esta designação, dada pela sociedade, determina a orientação de gênero a ser seguida pela criança. A identidade é uma construção social porque “advém da formação do ser social, da forma como o mundo da vida lhes foi apresentado, das suas bases culturais, da ideologia e das relações construídas no cotidiano social” (TORRES, 2002, p. 38).

O cotidiano neste aspecto torna-se uma categoria interessante porque é nele que vivemos as relações sociais dentro do processo histórico. Heller (1992) ao se referir sobre o cotidiano apresenta uma natureza heterogênea de significações e valores. Para autora (1992, p. 17), “A vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em ‘funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias”.

A perspectiva das relações de gênero discutida por Scott (1991) é a mais adequada para os propósitos deste estudo. Conforme esta autora,

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1991, p. 14).

Ocultar a discussão de gênero na formação das crianças fronteiriças supõe descurar de uma das formas fecundas de influências presentes no desenvolvimento infantil nesta realidade. A compreensão de gênero estabelecida como um pensamento social é um definidor nas práticas de se educar e ensinar as crianças faz parte tanto das práticas dos adultos quanto das crianças.

No âmbito familiar, o fator cultural exerce um relevante papel no desenvolvimento das crianças. Aspectos como as relações de poder entre os responsáveis pela família, inclusive o papel da mulher, irão condicionar fortemente o tratamento dado às crianças incluindo os elementos de afetividade e autoestima. Nesta região a educação familiar para com as crianças tem se pautado num processo educativo sexista que faz acepção entre meninos e meninas, conforme aponta uma das mães ouvidas nesta pesquisa:

Eu não tive mãe, fui criada pelo meu pai e meus avós. Desde os meus 10 anos de idade eles foram me ensinaram a realizar as tarefas de casa como lavar roupa, cozinhar, a passar. O meu primo que foi criado como irmão, ele podia, brincar, jogar bola na rua, no bairro e eu quase não tinha tempo para brincar. Eu estudava pela manhã e quando eu chegava, tinha que comer, tomar banho, fazer minha tarefa e depois fazer as coisas de casa depois disso já era quase noite e logo tinha que dormir (Luna³, 37 anos, entrevista, 2014).

Neste aspecto de compreensão da formação da criança inserida no trabalho servil podemos perceber claramente o corte de gênero associado ao trabalho doméstico. Às meninas ficam reservadas as tarefas de cuidar da casa, de limpar, lavar louça, roupa, a fazer comida, ou seja, papéis sexuais formados pelos princípios do sexo biologizante do patriarcado. As relações de gênero expressam opções, impõe comportamentos, resume escolhas, supõe gestos que se inserem no drama do dia-a-dia e nos nexos da história” (TORRES, 2002, p. 35).

As atividades realizadas pela mulher e principalmente pela menina no ambiente doméstico têm suas bases assentadas no processo de organização social do trabalho com força pujante no período colonial. Assenta raízes no patriarcado e encontra no sistema capitalista pleno desenvolvimento.

Para Brites (2013, p. 17 - 18), “O trabalho doméstico é um fenômeno que faz a interseção de vários níveis e graus de desigualdade com tal envergadura, que quem se dedica a compreendê-lo toma, por conseguinte, posturas, se não engajadas, ao menos indignadas com as injustiças que ele propaga”.

O trabalho doméstico é um trabalho repetitivo, infundável, que toma muito tempo da vida das meninas por serem atividades árduas principalmente em se tratando da Amazônia profunda. De acordo Torres e Rodrigues (2010, p. 241),

É a mulher que carrega água para sua residência. Todo o trabalho de preparação da alimentação da família; o a limpeza do quintal e o cuidado com os animais de pequeno porte como galinhas, patos e porcos; coleta de frutas para a comercialização e o cuidado com os filhos menores é de incumbência da mulher. Este tipo

de divisão sexual do trabalho parece atender a um cânone de obrigação no âmbito da família amazônica.

O trabalho doméstico, servil, é invisibilizado socialmente, desempenhado por donas de casa, sendo elas as “responsáveis indiretas pela produção de mais-valia desempenhada pelo proletariado (como se o trabalho no lar fosse transferido para a criação da mais-valia pela força de trabalho na fábrica)” (PEDRO et al, 2005, p.136 - 137).

O não reconhecimento do trabalho doméstico como produtivo realizado pelas mulheres adultas e por meninas põe em discussão questões sobre os valores de uso da esfera doméstica e os valores de troca produzidos na esfera pública econômica. Ou seja, o trabalho doméstico assume posição inferior em face da sua desvalorização e, por isso, deve ser feito pelas mulheres, enquanto que o trabalho na esfera pública é valorizado e deve ser realizado pelos homens.

Para Saffioti (1978) a questão da integração das trabalhadoras e dos trabalhadores nas atividades não capitalistas no sistema capitalista tem certa limitação. Geralmente o trabalho é mal remunerado, fazendo com que essas trabalhadoras não possam consumir tanto quanto gostariam ou necessitam. Não obstante, como esse tipo de trabalho é indispensável à manutenção do modo de produção capitalista, ele não só está inserido no sistema, como também desempenha um tipo de exploração do trabalho que difere da mais valia, mas que, no entanto, não deixa de ser subordinado diretamente ao capital.

Mesmo com a efetivação do pagamento (salário) pelo desempenho de trabalho doméstico em residências ter sido algo criado pelo sistema capitalista, é fato, como argumenta a referida autora, que as atividades desempenhadas pelas empregadas domésticas nas residências onde trabalham não são capitalistas. O resultado deste trabalho fica na família para a qual elas prestam serviços, sem haver uma circulação ou troca desse resultado com objetivo de lucro. O dinheiro, portanto, que é movimentado por esse tipo de emprego assume a forma de renda pessoal, e não capital. Saffioti (1978, p. 192 – 193) argumenta “a mera despreocupação do capitalismo para com a organização em moldes capitalistas das atividades domésticas já constitui um índice de sua baixa rentabilidade. Ademais, tal processo liberaria dos serviços domésticos uma ampla massa de mulheres para as quais o próprio capitalismo não teria empregos a oferecer”.

O fato é que esse tipo de exploração ainda acontece no tempo contemporâneo mesmo com as conquistas dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Para se extinguir a exploração da mulher e seu trabalho servil na esfera privada faz-se necessário uma profunda reestruturação da sociedade de classes em novas bases, pois “enquanto os seres humanos fazem a história, é permitido ao menos pensar em uma sociedade sem empregadas domésticas e onde o reduzido trabalho doméstico fosse equitativamente distribuído pelos elementos de ambas as categorias de sexo” (SAFFIOTI, 1978, p.179)

A equidade de gênero torna-se uma dimensão imprescindível na perspectiva da justiça e equidade social. De acordo com Guzman (2000, p. 65 - 66),

Sustenta-se em grande medida, na visibilidade e legitimidade que o movimento de mulheres tem conseguido nos últimos vinte anos, no tipo e qualidade do conhecimento que se produziu sobre as relações de gênero, assim como no enfraquecimento das resistências provocado por esse novo ator social cujas demandas questionam a estrutura de poder e a organização da vida cotidiana.

A contribuição do movimento feminista e dos movimentos sociais de mulheres de modo organizado com intervenções significativas nos processos de democratização das sociedades merece destaque na escala de importância das transformações ocorridas nos últimos tempos em relação aos direitos das mulheres. Permitiu novas formas de tratamento dos problemas e demandas derivadas da sua condição de gênero, elevando de forma crescente a ascensão da mulher no setor público no tocante ao trabalho, alcançando, então, o campo das políticas públicas que potencializam as ações da mulher na sociedade.

Não podemos esquecer que as atividades do trabalho servil da menina em seus ambientes familiares de cunho particular, interferem nos modos de viver a infância na Amazônia. A criança é obrigada a viver apenas um tempo cronológico, com hora marcada para tudo, posto que as atividades de seu interesse não são respeitadas, pois lhes roubam o direito social e a oprimem. O tempo para a criança se dá numa perspectiva diferente daquela do adulto conforme pontua Lima et al (2013, p. 47 - 48), não é igual a do adulto. “No brincar, por exemplo, a criança vive intensamente porque experiência, mergulha, submerge nessa atividade sem se importar com o

tempo cronológico. Dessa vivência, ela formula hipóteses e tira suas conclusões, vetores fundamentais para seu aprendizado e desenvolvimento”.

O desenvolvimento infantil depende em maior ou menor grau do envolvimento, preocupação, responsabilidade e dedicação dos membros da família, a primeira e principal instituição social na formação da criança. As condições favoráveis contam com um adulto, geralmente a mãe, com tempo livre, conhecimento e uma disposição especial para educar. Este é o modelo tradicional de família da classe média, o que não corresponde às condições de vida da maioria das famílias das crianças desta zona fronteira que se encontram na linha de pobreza, filhos de incansáveis trabalhadores que passam a maior parte de seus tempos fora de casa.

Entendemos que o cuidar e o educar hoje a criança tanto pela família quanto pela escola⁴ não se restringe apenas aos cuidados básicos e físicos da criança, como sua higienização e alimentação. Toma uma proporção bem mais ampla e complexa por ser a educação um trabalho associado ao contexto cultural, social, político e das relações de gênero acerca das expectativas que se formam, das representações dos papéis femininos e/ou masculinos enquanto parâmetros de formação da criança pela família. O gênero como sugere Torres (2005, p.24 – 25) é uma “categoria de conhecimento que explica as condições de homens e de mulheres na sociedade”.

Historicamente o sistema patriarcalista enquanto modelo social tem fincado suas raízes na explicação da subordinação e discriminação da mulher nas sociedades (TORRES, 2005, p.24 – 25). Neste sentido a divisão sexual do trabalho tem-se pautado em determinados grupos sociais, levando ao construto das identidades na sociedade e conseqüentemente à reprodução social dessa construção.

Várias são as situações em que os papéis das crianças são direcionados conforme seus gêneros meninos ou meninas. Ao visitar uma das famílias durante a pesquisa de campo logo à primeira vista encontramos três crianças pequenas brincando, um bebê que estava engatinhando, outro de um ano e meio e o de quatro anos sozinhos numa varanda, de repente sai à porta uma garotinha de onze anos. Perguntamos pela mãe ou algum adulto da família, mas a resposta foi de que não tinha nenhum deles em casa, pois estavam todos trabalhando. A menina era quem tomava conta das outras crianças e ainda havia um menino que estava dentro da casa numa cadeira de rodas, com necessidades especiais, completamente dependente para todas as suas atividades. Por ser mulher, era ela quem deveria tomar conta das crianças e da casa, porque seu pai impedia que seu irmão mais velho a ajudasse nos serviços domésticos.

Esta é uma prática patriarcal das mais antigas na sociedade, baseada numa visão binária de oposição entre os sexos, em que as meninas devem ser formadas para as práticas do lar e os meninos para o trabalho na esfera pública. Estas questões devem ser vistas de forma crítica, reconhecendo-as como resultado de um processo sociocultural discriminatório no qual as mulheres estão mergulhadas (TORRES, 2005).

A criança é sujeito de direito ou de proteção integral (BRASIL, 1990). Direitos que teoricamente imprimem uma concepção de criança e de infância feliz e digna, mas a prática se contrapõe pelos inúmeros desafios, e muitas crianças vivem como diz Martins (2012, p.127) uma “falsa infância”. Uma vida sem infância marcada pelos problemas sociais.

Analisar como as relações de gênero se fazem presentes na formação das crianças entre pares, supõe reconhecer a criança como sujeito social, assim como a sua produção e autoprodução nesta fronteira. É preciso compreender os processos socioeducativos das crianças imbrincados às relações sociais, em suas interações com os adultos e com o meio social. Para isto, descreveremos a observação⁵ realizada com as crianças que se encontram na fase da pré-adolescência, ou seja, crianças entre 10 e 12 anos de idades incompletos da turma do quinto ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal de Tabatinga, objetivando compreender as relações de gênero pertinentes em suas relações culturais entre pares.

Apresentamos as relações de gênero mais pertinentes e percebidas nas relações entre pares e com os adultos professores na referida instituição escolar, que partilha diariamente os mesmos espaços na escola na perspectiva do ensino e aprendizagem durante as aulas de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, nas atividades de educação física e nos intervalos – recreios⁶ – na escola.

As situações que envolvem os professores no trato educacional das relações de gênero apresentam sérios obstáculos. De acordo com uma, professora da rede municipal ouvida nesta pesquisa,

Nossas condições de trabalho são precárias, são muitos alunos na sala de aula, mal conseguimos ensinar os conteúdos básicos e somos obrigados pela imposição do sistema nos ater aos livros didáticos e nossas ações acabam reforçando nossas atitudes de forma mais autoritárias com as crianças e ainda separando as meninas dos meninos na sala para se evitar mais confusões e problemas, mantendo as turmas mais calmas (Lais, 26 anos, entrevista, 2014).

São muitas as dificuldades encontradas pelos professores. As práticas de conservadorismo por parte deles em relação às crianças acabam sendo mais fáceis no exercício de suas funções, reproduzindo então um sexismo de práticas binárias para as meninas e para os meninos, estabelecendo as fronteiras entre ambos os gêneros. Os livros didáticos por sua vez também reproduzem esse conservadorismo quando não trata de fomentar críticas para serem assimiladas durante o processo educacional. Reitera-se o hábito de que as crianças são estimuladas a interessar-se por atividades que lhes ensinam papéis tradicionais dos adultos na sua cultura. Deste modo, “os papéis de gênero incorporados pela criança afloram nas brincadeiras que realiza essencialmente com os seus pares e é através delas que ela expõe [...] a sua realidade interior.” (RODRIGUES, 2003, p.11). Isto leva à compreensão da normalidade da discriminação e dos estereótipos da bagagem conservadora sobre o gênero.

Naturalização estas que tornam normais os estigmas e estereótipos construídos socialmente dentro de contextos históricos, isto é, dentro de uma cultura⁷. A cultura nesta dimensão “implica uma exigência de continuidade dos processos como fator da própria sobrevivência dos sujeitos históricos e da preservação de sua condição humana. Da mesma forma, devem ser preservados os bens culturais” (TORRES, 2002, p.41). Ou seja, a reprodução da cultura de discriminação com relação ao gênero feminino ainda continua existindo socialmente nas práticas de adultos e crianças em seus contextos sociais.

Muitos exemplos de estereótipos são praticados nas relações entre crianças e crianças, professores e as crianças, vivenciados cotidianamente no âmbito da escola. As relações que envolvem gêneros perpassavam o tempo todo as conversas das crianças, assim como suas experiências com os adultos durante as atividades escolares. Uma delas que destacamos é a situação ocorrida durante a aula de geografia, quando a atividade exigia conversar sobre as pessoas e as paisagens da cidade onde moram. Gardênia (11 anos) expôs em seu grupo dizendo que,

Tem muita gente em Tabatinga, só não sei quantas pessoas, mas tem gente que é brasileiro, peruano, colombiano e que moram aqui e em Letícia. Lá em casa mora muita gente e na rua também. Meu pai e meu tio gostam muito de jogar futebol e eu também só que o papai e o titio irmão da minha mãe não deixam, eles dizem que isso é brincadeira de menino e a mamãe com medo do papai não diz nada e não deixa eu brincar (grupo focal, 2014).

O gênero é, antes de tudo, relações de poder. Um poder baseado em princípios patriarcais, como sugere Scott (1991), que estabelece ou elege os papéis de forma sexuada. É um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, mas que oferece meios de decodificar o seu significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Gardênia situa o patriarcado presente na visão de seu pai, fundado nas diferenças biológicas em que o futebol é esporte para os meninos, porque quem tem a força é o homem e não a mulher. Trata-se da socialização e educação das crianças de forma dicotomizada, culturalmente construída no preconceito e reducionismo biológico.

Pelo esporte se reforça o preconceito quando não se considera o interesse das crianças em face das diferentes modalidades esportivas, pois, em relação à mulher o futebol historicamente tem sido um tabu, reprimido socialmente (DAOLIO, 1997).

Durante as atividades escolares de Educação Física foi possível percebermos o grau das internalizações preconceituosas estabelecidas pelos adultos professores para com as crianças. Poucas foram as vezes que eles deixavam as crianças livremente escolher de que grupo queriam participar, ou atividade esportiva a realizar, geralmente para os meninos o futebol já era determinado e para as meninas apenas as brincadeiras de corda e/ou handebol, as atividades aconteciam de forma simultânea em grupos paralelos de meninos e de meninas.

Entendemos que o papel da escola consiste em desenvolver ações educativas mais críticas, no entanto, as relações de gênero passam despercebidas da atenção dos professores e também dos programas curriculares

escolares, contribuindo para com a formação da criança numa perspectiva androcêntrica.

Para Castanho (2005, p. 130) os problemas educacionais são extensos e sinalizam com muita clareza a baixa qualidade da educação, principalmente no ensino fundamental e médio, em que o [...] “ciclo reprovação/repetência/evasão constitui-se como um problema crônico, difícil de ser superado, mas não impossível”. As culturas de gêneros são negadas nos currículos escolares, o que acaba silenciando diferentes práticas culturais (SANTOMÉ, 2005), principalmente no que tange aos povos tradicionais.

As ações desenvolvidas na escola de forma homogeneizadora sem o reconhecimento das relações de gênero contribuem para a manutenção do sistema patriarcal, fortificando os preconceitos e estereótipos como parâmetros na formação das crianças. Para Rodrigues (2003, p. 24), os estereótipos referem-se “às expectativas e crenças partilhadas acerca de comportamentos apropriados e características para homens e mulheres numa dada sociedade”.

Em muitas das atividades em grupos e as dos recreios, brincadeiras e jogos das crianças com base nos princípios de que as crianças são sujeitos sociais “[...] e membros conhecedores e competentes de um grupo social inserido num enquadramento institucional e organizacional, coletivo e partilhado” (FERREIRA, 2004, p.30) nos foi possível perceber elementos que envolvem disputa nas relações entre meninos e meninas. Algumas dessas atitudes das crianças foram visivelmente percebidas principalmente durante as atividades no recreio da escola onde os grupos de meninos e meninas iam se formando mais claramente do que na sala de aula, isso, porque mais adultos se faziam presentes e o ambiente de certa forma se tornava mais público, se um menino de repente invadisse o espaço das meninas por alguma razão que elas não gostavam, as intrigas começavam por intermédio dos xingamentos e apelidos, irritando-as cada vez mais.

Um exemplo de brincadeira de pegação de pé⁸ entre meninos e meninas percebido nos intervalos e que, de certa forma, foge à regra da separação dos gêneros e que mostra a produção cultural, sob a perspectiva das relações de gênero, foi denominada pelas crianças como “polícia ladrão”. Essa brincadeira é vivenciada quase todos os dias durante os recreios, a partir de regras combinadas entre os brincantes, demonstrando a capacidade das crianças em construir e obedecer a normas em suas interações sociais.

A brincadeira polícia ladrão envolve várias crianças entre elas meninos e meninas, sendo que a quantidade deve ser sempre par. A polícia e/ou o ladrão tanto pode ser menina como menino, sendo escolhida pelos próprios brincantes. O ladrão deve encontrar um esconderijo e a polícia deve procurá-lo em todos os lugares possíveis, e quando o encontra, começa a pegação: a polícia corre atrás do ladrão até prender. Quando consegue pegar o ladrão ele fica sentado numa cadeira ou no chão.

Por intermédio dessa brincadeira percebemos que as crianças possuem conhecimento de diversas informações e papéis que fazem parte do cotidiano da vida. Deve haver a assimilação dos papéis de polícia e de ladrão. O papel da polícia é de um agente protetor e o papel do ladrão é o de subverter a lei subtraindo o que não é seu. O mais interessante é que não havia briga na definição de quem queria ser policial ou ladrão no caso das crianças, pois na brincadeira elas tinham a oportunidade de experimentar os dois papéis e o que estava em jogo era a emoção que a brincadeira proporcionava, onde um corria atrás do outro e quando era uma menina de quem os meninos mais gostavam, ou vice e versa, mais emocionante e prazerosa era a brincadeira, mostrando o propósito da brincadeira que era o jogo de gênero entre as próprias crianças. Conforme pontua Corsaro (2011), as brigas ocorriam durante as pegações no tocante aos diferentes gêneros, momento em que as relações acontecem entre as crianças e são reproduzidas e por elas interpretadas.

O campo da Sociologia da Infância compreende a indissociabilidade na combinação do uso das categorias gênero e geração nas relações de poder e status sobre a infância. Para Gaitán (2006, p. 87), “hacer una lectura generacional de las relaciones sociales igual que lo es hacer una lectura de género”. Há, portanto, uma inserção das teorias de gênero neste campo como suporte teórico-metodológico para pensar as crianças e as infâncias em contextos relacionais, valorizando a compreensão das crianças como agentes sociais cujas experiências precisam ser ouvidas e analisadas como parte inerente do sistema social.

Nos estudos da vida cotidiana fica patente as duas categorias analíticas, gênero e geração, o que auxilia na percepção de posições diferentes que adultos e crianças ocupam nos espaços privados e também públicos, afinal, “a vida de mulheres e de crianças têm aspectos de gênero e aspectos de geração” (ALANEN, 2001, p.83,84)

Quando acontecia de o menino ser policial e a menina, no caso a ladra, ser na maioria das vezes agarrada pelos meninos, as relações binária aconteciam, porque os meninos diziam ser mais fortes e mais rápidos, as meninas por sua vez “batiam” neles para que não apertassem fortemente os seus braços e não as puxassem com tanta força. Ao mesmo tempo em que reproduzia-se as noções estereotipadas dos papéis de meninas e de meninos, as crianças também aprendiam que a inversão de papéis é possível, as meninas também podem ter a força e prender o mais forte, evitando usar conceitos conservadores a seu favor na brincadeira.

Para Passos (2001) nas últimas décadas houve um avanço nas relações de gênero, mas ainda ocorrem preconceitos, discriminação e dicotomia entre o masculino e o feminino, o que interfere no estabelecimento de uma relação mais igualitária, ou melhor, com mais equidade nos papéis sociais a serem desempenhados por ambos os gêneros na contemporaneidade.

Thorne (1993) por meio de sua etnografia considera essas brincadeiras como jogo de gênero entre meninas e meninos na escola. Jogos que apresentam formas complexas denominada de *borderwork*⁹, compreendidas como as atividades que marcam e reforçam as fronteiras de gêneros entre os grupos. Para Corsaro (2011, p. 241), “[...] outras definições sociais são deixadas de lado, em função de um aumento da consciência de gênero, enquanto uma dicotomia entre meninos e meninas, em lados opostos e até mesmo antagonicos”, assim vão se definindo tipos de *borderwork* na turma observada.

Os *borderwork* identificados foram os desacordos, a perseguição nas brincadeiras de aproximação-avoidance e as invasões. Nas invasões os meninos impõem seus poderes sobre as meninas, individual ou coletivamente, com atitudes constantes de interrupções em suas atividades, invadindo completamente os espaços delas notadamente quando as meninas estavam aglomeradas, conversando, eles vinham e mexiam com uma das meninas e elas ficavam com raiva, saíam correndo para bater neles.

Note-se que um grande número de *borderwork* marca as fronteiras de gênero na cultura de pares das crianças na escola e em seus diversos ambientes, configurando a vida das mesmas na sociedade e que vão servindo para constituir as concepções sociais de feminilidades e masculinidades das crianças.

As atitudes sexistas ainda influenciam de maneira significativa as relações sociais na formação das crianças seja em seus lares ou na escola. Comportamentos preconceituosos modulam pensamentos do que é ser homem ou mulher e vão sendo absorvidas pelas crianças principalmente em espaços públicos, onde elas se sentem mais observadas pela figura do adulto, como nos afirma a professora Laís (25 anos),

Nós professores vamos para a sala de aula já com essa separação em nossas cabeças, que vem da nossa formação mesmo de como fomos criados. Sinceramente eu não me sinto preparada para trabalhar e em muitas situações me sinto constrangida para conversar e orientar a respeito da sexualidade, como por exemplo, além de não concordar com determinadas posturas das crianças em salas de aula principalmente quando as meninas trazem batom, maquiagem e se pintam em suas brincadeiras durante o recreio (entrevista, 2014).

A não qualificação demonstrada pela professora é uma realidade que se encontra intrinsecamente ligada às problemáticas educacionais no país. A formação continuada e em serviço como garante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 aos educadores torna-se inviável na prática, em função principalmente dos aspectos econômicos e de um gestão pública educacional pouco focada nas estatísticas educacionais. A qualidade educacional escolar, a sua verdadeira função política e social se perde em meio às necessidades estatísticas de justificar os financiamentos educacionais. Conforme Cortela (2008) é preciso que a escola esteja preparada, bem como seus profissionais principalmente os docentes para propiciar mudanças significativas numa perspectiva de educação crítica para a cidadania. Neste caso, o gênero enquanto um tema transversal, na perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária deve ser acionado como um mecanismo de desenvolvimento social.

A escola precisa ter clara sua responsabilidade social, deve ter clareza do homem “que se quer formar, é fundamental para realizar uma prática pedagógica competente e socialmente comprometida, particularmente num país de contrastes como o nosso, onde convivem grandes desigualdades econômicas, sociais e culturais” (SILVA, 2000, p. 18).

Os sistemas escolares modernos não apenas refletem a ideologia sexual dominante da sociedade, como também produzem ativamente uma cadeia de masculinidades e feminilidades heterossexuais diferenciadas e

hierarquicamente ordenadas. Mesmo com essa hierarquização, as construções de gênero não se opõem, ou seja, o feminino não é o oposto nem o complemento do masculino.

O fato é que pouca atenção tem sido dada às relações de gênero quando nos referimos à formação do pensamento social sobre a infância nesta realidade social, da criança e sua cultura entre pares. A família trata de reproduzir a socialização da criança de forma binária e a escola da mesma forma, reproduz a homogeneização cultural e desconsidera os assuntos de relações de gênero na formação escolar das crianças. O gênero é uma das maneiras de construção social que contribuem para a definição do papel e/ou dos papéis do indivíduo na sociedade, permitindo a reflexão sobre o sistema de relações sociais, influenciando nos modos de vida e organização na sociedade, seja para a reprodução das desigualdades ou para a construção da equidade e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas situações das atividades em sala de aulas, brincadeiras e jogos observados das crianças entre pares na escola, identificou-se pontos comuns e não comuns susceptíveis de reflexão visto que as interações existentes no contexto específico das crianças na escola permitiram entender as crianças como sujeitos ativos, interativos e construtivos de gênero.

Pais, professores e familiares já começam moldando o gênero de suas crianças desde a fase neonatal ao escolher, por exemplo, as cores do enxoval tipificadas entre o azul e o rosa, as atividades que devem ser exercidas por meninos e meninas, a praticar tratamentos diferenciados ao referirem-se à menina como delicadas, princesas e os meninos, os garotões, os fortões.

As atividades escolares proporcionadas pelos adultos passam a moldar o gênero das crianças a partir da compreensão do campo de conhecimento biológico do sexo, de forma a reproduzir a caracterização e diferenciação física do homem e da mulher. O gênero a partir do campo das ciências sociais passa despercebidamente e as discussões críticas sobre os padrões de comportamentos humanos entre os gêneros, de respeito e equidade são ignorados pelas práticas sociais.

A interação das crianças com os adultos ainda é permeada por atitudes preconceituosas referentes às questões de gêneros na escola. As escolas por sua vez para realizar a sua função social poderiam propiciar espaços de construções de equilíbrios de poderes entre ambos os sexos com jogos e brincadeiras que promovam o respeito mútuo, considerando as diferenças biológica, social, cultural e psicológica do homem como um ser multidimensional ao invés de reproduzir as desigualdades.

Este trabalho oportunizou distinguir que os comportamentos das crianças referentes aos gêneros se diferenciam dependendo do espaço em que estão, ou seja, público ou privado. Em ambientes públicos as aglomerações de crianças do mesmo gênero acontecem com mais frequência e em ambientes mais particulares os grupos são mais mistos, compostos por meninas e meninos.

REFERÊNCIAS

- ALANEN, Leena. Estudos feministas/estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: CASTRO, Lucia R. Crianças e jovens na construção da cultura. Rio de Janeiro: NAU-FAPERJ, 2001.
- ANGERS, M. A sociologia e o conhecimento de si. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394 de 1996.
- BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. In: Caderno de Pesquisa, v. 43, n. 149. São Paulo Mai/Ago, 2013.
- CARDONA, Maria João, et al (Orgs.). Educação para a cidadania e Igualdade de gênero na Educação de Infância (3 a 6 anos). Enquadramento teórico/ Educação para a cidadania e Igualdade de gênero. Lisboa: CIG, 2009.
- CASTANHO, Maria Eugênia Montes. O professor e os problemas educacionais atuais: teorias e perspectivas. In: ALMEIDA, Malu (org.). Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além da mercadorização do conhecimento. Campinas, SP: Alínea, 2005.
- CORSARO, William A. Sociologia da Infância. Tradução de Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artemed, 2011.

- CORTELA, Mário Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.
- DAOLIO, Jocimar. Cultura: Educação Física e futebol. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.
- FERREIRA, M. A gente gosta é de brincar com os outros meninos! Porto- Lisboa: Edições Afrontamento, 2004.
- PASSOS, Elizete. As políticas e os saberes: a construção do gênero nas universidades do norte e nordeste e as repercussões nos campos social e político. In: FERREIRA, Mary; ALVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS, Eunice dos (Orgs.). Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero. São Luís: EDUFMA/REDOR, 2001.
- RODRIGUES, P. Questões de gênero na infância. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- GAITÁN, L. Sociologia de la infância. Madrid: Síntesis, 2006.
- GUZMÁN, Virgínia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Orgs.). Gênero nas Políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, 2000.
- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LIMA, Antônia Silva de; BOTH, Ilaine Inês; SILVA, Maria Rita Santos da. Tempos, espaços e relações sociais na formação da criança. In: MOURÃO, Arminda Rachel Botelho (Orgs) et al. Desafios Amazônicos: Educação Infantil em Manaus. Manaus: EDUA, 2013.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PEDRO, Joana Maria, et al. O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert. In: História Unisinos, v. 9, n.2, mai/ago de 2005, p.132 – 138.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Emprego doméstico e capitalismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n. 2. Porto Alegre, jul./dez. 1995.
- SILVIA, Maria Alice Sebútal Souza (org.). A escola e sua função social. RAÍZES E ASAS, Revista do CENPEC – Centro de Pesquisas para Educação e Cultura. São Paulo, 2000.
- THORNE, Barrie. Gender Play: girls and boys in school. Open University Press Buckingham, 1993.
- TORRES, Iraldes Caldas. As novas Amazônidas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.
- _____; RODRIGUES, Luana Mesquita. O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda. Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

RESUMO

Trata-se de apresentar o estudo realizado acerca da formação da criança na fronteira de linha seca Letícia/CO e Tabatinga/BR pelo viés da construção de gênero nas relações das crianças com os adultos e entre pares. O embasamento teórico metodológico fundamenta-se na ideia da compreensão da criança como sujeito de direito e de ação a partir da contribuição de autores como Corsaro (2011), Thorne (1993), Torres (2002;2005), Heller (1992), Scott (1991); Saffioti(1978). Como procedimentos metodológicos foram utilizadas observações participantes na escola da rede municipal localizada na comunidade de Santa Rosa, bairro urbano da cidade de Tabatinga – AM na fronteira com Letícia – AM. A formação das crianças nesta fronteira Amazônica em pleno século XXI ainda é marcada pelo legado da cultura científica biológica, em que a constituição do sujeito homem e mulher é definida pelos traços genéticos de caracterização do sexo masculino e feminino, em que nas relações sociais se faz notório as reproduções de atitudes discriminatórias quanto ao papel de ser mulher na sociedade, bem como de atitudes de desrespeito do adulto para com a criança quanto à internalização do adultocêntrismo. Nas relações entre pares das crianças na escola percebe-se que as questões de gênero contribuem em suas formações, diversas brincadeiras permitem as crianças a se autoformarem e constroem suas identidades como

meninas ou como meninos por meio de suas produções culturais infantis as quais apresentam aspectos de reprodução da sociedade adulta, porém apresentam também aspectos peculiares, diferentes e significativas para uma nova perspectiva nas relações de gênero.

PALAVRAS – CRAVE: Criança. Gênero. Formação. Relações Sociais. Escola.

2. Utilizou-se o termo *sujeito ao invés de ator social* como propõe a *Sociologia da Infância*, pelo fato de considerar a criança como ativa, participativa, que interage em seu contexto sociocultural sendo capaz de criar, modificar e produzir culturas mesmo inserida no mundo dos adultos. Compreende-se como um termo que abrange de forma mais complexa a dimensão da criança como ser humano integral, ou seja, de forma completa e incompleta com direitos e deveres, capacidades, potencialidades, mas também com limitações como qualquer outro ser humano, seja na adolescência ou em sua vida adulta.

3. Nome fictício atribuído aos sujeitos adultos participantes da pesquisa para fazer referência aos pais, professores, agentes comunitários e institucionais que lidam diretamente com as crianças contempladas como sujeitos participantes neste estudo em Tabatinga.

4. Princípios essenciais que se revestem em políticas educacionais principalmente na Educação Infantil, como na enquanto Educação Básica, norteando as práticas pedagógicas do trabalho nas creches, pré-escolas ou entidades equivalentes no sentido da educação formal enquanto um direito das crianças.

5. A escola é um dos espaços formais de maneira para o desenvolvimento do processo socioeducativo infantil, bem como um ambiente propício de interação entre pares, principalmente nos momentos em que as crianças têm a oportunidade de interagirem mais livremente.

6. Os recreios escolares acontecem em um tempo de 15 a 20 minutos fora da sala de aula. São momentos em que as crianças merendam e brincam de forma mais livre sem tantas intervenções dos profissionais da escola.

7. A cultura é compreendida num processo pelo qual o homem acumula experiências, realizando-as de forma reflexiva. A cultura está associada ao conjunto de hábitos, costumes, valores capazes de serem transmitidos, praticados pelos sujeitos, convertendo-se em imaginários e lembranças, a partir de sua interação com o mundo e com o meio social. Ver Morin (2007).

8. As *pegações de pé* referem-se às brincadeiras entre as crianças como de pegar um ao outro, que envolvem conflitos, brigas, implicâncias e discordâncias entre as crianças, entre meninos e meninas, em suas rotinas de vida em diferentes ambientes, nas tentativas de lidarem com as ambiguidades e suas preocupações referentes às relações de gênero. Ver Corsaro (2011).

9. Optamos por utilizar a palavra em sua versão original por não se conseguir uma tradução em português de forma mais precisa para expor sobre as

Publish Research Article

International Level Multidisciplinary Research Journal For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal
258/34 Raviwar Peth Solapur-
413005, Maharashtra
Contact-9595359435

E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com